

MEC: desempenho de secundaristas é 'sofrível'

Teste para o Provão do Segundo Grau revela que acertos nas questões de português e matemática ficaram abaixo de 30%

Rodrigo França Taves

• BRASÍLIA. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, classificou como "sofrível" o desempenho dos 429 mil estudantes do 3º ano do Segundo Grau que fizeram em novembro de 97 o Exame para Concluintes do Ensino Médio — uma espécie de ensaio geral para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que começará a ser aplicado este ano pelo MEC como um substituto para o vestibular tradicional. Se tivesse sido obrigatório para o acesso às universidades, a imensa maioria dos alunos teria sido reprovada. Eles acertaram, em média, menos de 30% das questões aplicadas nas provas de português e matemática.

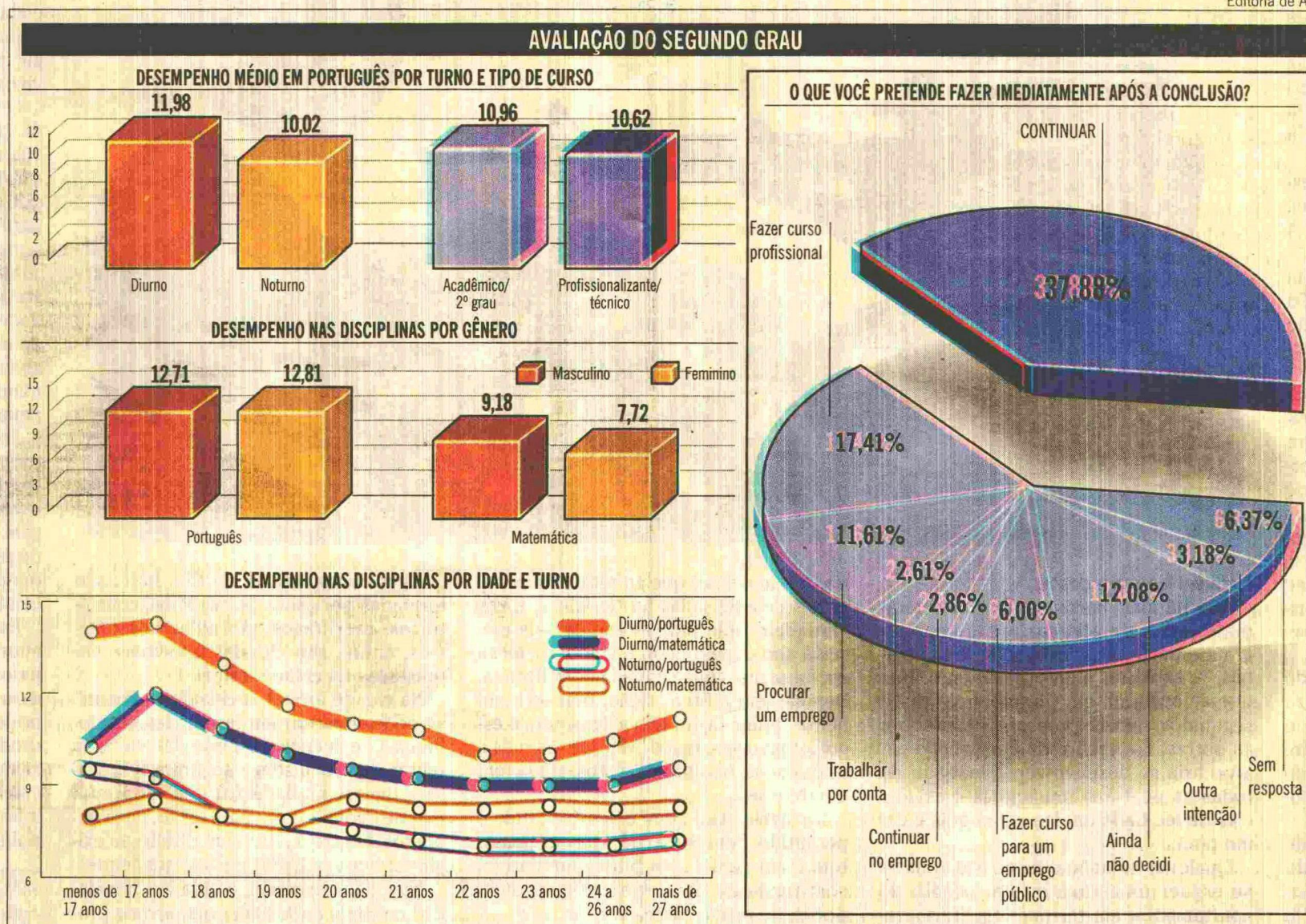
Para o ministro, os resultados do exame, divulgados ontem pelo MEC, mostram que o Governo vai ter que investir muito para melhorar a qualidade do ensino de Segundo Grau. Paulo Renato admitiu não ter tratado o assunto com prioridade:

— Até agora, equacionamos os problemas do Primeiro Grau. O problema do Segundo Grau ainda tem de ser resolvido. Os dados da pesquisa mostram deficiência no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Das 30 questões aplicadas pelo MEC na prova de português, os estudantes acertaram, em média, apenas 11. Na prova de matemática, o desempenho médio foi ainda pior: de 30 questões, só oito foram acertadas. O exame foi realizado em nove estados: Rio, São Paulo, Bahia, Goiás, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe.

Ministro quer escolas voltadas exclusivamente para o 2º Grau

Paulo Renato disse que o Governo terá de começar a pensar numa escola pública planejada especificamente para o Segundo Grau. Ele lamentou que grande parte das escolas hoje seja concebida para o ensino fundamental, apenas com adaptações para receber os alunos mais velhos. O ministro defendeu a construção de escolas arquitetonicamente e tecnologicamente voltadas para o ensino de Segundo Grau. Além disso, prometeu que o MEC vai investir mais em todos os recursos pedagógicos para o ensino mé-



dio, entre eles formação de professores e instalação de mais laboratórios e centros de computação. Para o ministro, será fundamental também concluir o mais rapidamente possível a reforma do ensino médio, em análise no Conselho Nacional de Educação (CNE). A reforma prevê a flexibilização dos currículos e novos conteúdos. Deverá estar concluída até o fim de junho, a tempo de ser aplicada no ano letivo de 99.

Apesar de tudo, o ministro reconheceu que a precariedade demonstrada pelos estudantes não é exatamente uma novidade: o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) — cujas provas vêm sendo aplicadas há três anos — já tinha verificado que o Segundo Grau está acrescentando pouquíssimos conhecimentos aos estudantes. Os exames mostraram que o nível de conhecimento e as habilidades dos alu-

nos aumentam muito pouco entre a 8ª série e o 3º ano do Segundo Grau. Paulo Renato reconheceu que "os resultados sofríveis" divulgados ontem apenas comprovam a constatação.

Interesse dos secundaristas é pelo trabalho, não pelo estudo

No questionário sócio-econômico, no entanto, os estudantes surpreenderam o MEC: estão muito mais interessados em fazer cursos profissionalizantes, de preparação para o mercado de trabalho, do que imaginava Paulo Renato. Diante da pergunta: "O que você pretende fazer imediatamente após a conclusão do Segundo Grau?", apenas 37,8% responderam que querem ingressar no ensino superior, contra 17,4% que querem fazer curso profissionalizante, 11,6% que querem procurar emprego, 6% que desejam fazer curso para emprego públi-

co, 2,6% que vão trabalhar por conta própria e 2,8% que só querem continuar no emprego.

— Nossa expectativa era de que muito mais gente quisesse entrar na universidade e que menos gente estivesse pensando no ensino profissionalizante — disse o ministro.

Diante deste resultado, que já tinha sido revelado pelo GLOBO há três semanas, Paulo Renato garantiu que o MEC dará prioridade máxima ao ensino técnico. Esta semana foi assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um contrato de financiamento para expansão e descentralização desse tipo de ensino. O BID emprestará ao Brasil US\$ 500 milhões por ano, por um prazo de cinco anos — num total de US\$ 2,5 bilhões.

— Vamos repassar o dinheiro para entidades sindicais, federações patronais e prefeituras inte-

ressadas em oferecer cursos adaptados às novas exigências do mercado de trabalho nas mais diversas regiões do país — disse o ministro.

Ele acha ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio, que será aplicado pela primeira vez em todo o país em 23 de agosto, dará um novo padrão nacional para o ensino de Segundo Grau:

— O exame será um estímulo para que todos os estados persigam os conteúdos que serão examinados. Vão diminuir as diferenças regionais — previu.

O Enem, no entanto, será opcional para o aluno concluinte do ensino médio e dará apenas uma credencial a mais para o aluno na disputa por uma vaga na universidade. Segundo o MEC, muitas instituições de ensino superior poderão exigir o certificado individual de participação no exame como um dos critérios para ad-

missão dos alunos. Nos anos seguintes, a expectativa do MEC é que as empresas também passem a usar os resultados do exame na escolha de seus empregados.

Mesmo com tudo isso, a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães Castro, acredita que vão fazer o Enem apenas 200 mil dos 1,5 milhão de estudantes que encerrarão o Segundo Grau este ano. Um dos motivos: o Inep cobrará de R\$ 20 a R\$ 25 de taxa de inscrição. Outro motivo: são poucos — apenas 37% do total de alunos — os que querem fazer curso universitário. A maioria quer mesmo é conseguir (ou manter) emprego.

No questionário sócio-econômico, apenas 40% dos estudantes afirmaram não ter exercido atividade remunerada durante o curso. No período noturno — onde estão 65% do total de estudantes do Segundo Grau — mais de 50% dos alunos disseram ter começado a trabalhar entre 14 e 16 anos, sendo que aproximadamente 20% iniciaram com menos de 14 anos. Como o acesso ao Segundo Grau está mais democrático, o perfil dos estudantes mudou.

Sindicato dos Profissionais de Ensino do Rio critica exame

O "desempenho sofrível" dos estudantes não foi uma surpresa para a coordenadora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (Sepe), Adriana Freitas. Na sua opinião, qualquer teste aplicado pelo Governo nas escolas fluminenses antes de se pôr em prática uma política de valorização da educação e do professor não poderia ter outro resultado.

— O Governo só deveria testar o ensino depois de garantir um mínimo de qualidade. As escolas estão sucateadas, os professores estão sem reajuste há três anos — disse ela, anunciando que a intenção do Sepe, agora, é promover entre os alunos uma avaliação do Governo, assim que a greve na rede estadual terminar.

Ela criticou o Provão do Segundo Grau também por não ter adotado um critério diferenciado de avaliação, que levasse em conta as particularidades de cada estado e região do país. ■

COLABOROU Adriana Oliveira